

**HABEAS CORPUS Nº 494.071 - RS (2019/0046652-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : CRISTIANE PRETTO - RS057069  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : JAIRO EDUARDO ANTUNES QUEVEDO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de JAIRO EDUARDO ANTUNES QUEVEDO, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**, no Agravo em Execução n. 0267890-35.2018.8.21.7000.

Narra a impetrante que o Juízo das Execuções, ao unificar as penas impostas ao paciente, indeferiu o pedido de conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade em razão do advento de nova sentença condenatória definitiva.

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução, ao qual o eg. Tribunal deu provimento, conforme v. acórdão, assim ementado (fl. 155):

*"EXECUÇÃO PENAL AGRAVO. CONVERSÃO DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. NOVA CONDENAÇÃO. REGIME FECHADO. INCOMPATIBILIDADE DE CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO. Caso em que o apenado cumpria pena em regime fechado quando sobreveio nova condenação, imposta pena de três anos e três meses de reclusão, substituída por restritiva de direitos, inexistindo compatibilidade no cumprimento das penas impostas, imperiosa se faz a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, nos termos do art. 44. § 5º do CP. com a conseqüente unificação c soma das penas para definição do regime, conforme artigo 111 e parágrafo único da LEP.*

*AGRAVO DEFENSIVO IMPROVIDO. UNÂNIME."*

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a Defesa alega que "*o entendimento exarado no acórdão não está em consonância com os preceitos constantes no art. 44, §5º, e no art. 76, ambos do Código Penal, como também com o princípio da proporcionalidade. No que tange aos referidos dispositivos legais, tem-se que é absolutamente possível o cumprimento sucessivo da pena privativa de liberdade e restritiva de direitos. Tanto o art. 44, § 5º, do Código Penal como o art. 181, §1º, alínea 'e' da LEP conferem uma faculdade ao magistrado, permitindo que ele decida sobre a conveniência da conversão. Ademais, o ordenamento jurídico prevê a possibilidade de que o apenado cumpra primeiro a pena mais grave e, finda esta, passe a cumprir a restritiva de direito, consoante o disposto no art. 76 do Código Penal.*" (fl. 6).

Requer, ao final, o deferimento do pedido liminar para suspender o cumprimento do v. acórdão, até o julgamento do mérito deste **writ**.

É o breve relatório.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Diante das alegações expostas na inicial, entretanto, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Em um exame perfunctório, próprio dos pedidos liminares, observo que esta Corte Superior de Justiça possui jurisprudência no sentido de que "*[...] sobrevindo condenação que impossibilite o cumprimento simultâneo das penas, o que ocorre nos casos de condenações em regime fechado ou semiaberto, deve-se proceder à conversão da sanção restritiva de direitos em*

*privativa de liberdade, unificando-se as penas."* (AgRg no REsp 1724650/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 17/12/2018).

A análise dos autos, portanto, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal de origem.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator